

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Am. Desmatamento
Data 21-23.03.92 Pg.: 15 149

Pesquisador propõe a criação de novo imposto para combater o desmatamento

Criar impostos suficientemente pesados para tornar a especulação das terras na Amazônia anti econômica seria, na avaliação do pesquisador Philip Fearnside do Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas (INPA) uma das formas mais eficazes de conterem os desmatamentos na região.

A proposta consta de uma carta enviada a este jornal em que o pesquisador contesta o conteúdo de uma nota divulgada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no último dia 21 de fevereiro.

A nota do INCRA considera a interpretação de Fearnside sobre o problema amazônico como "errônea". Para o pesquisador, a política de assentamento do INCRA estimula o desmatamento na região e o sistema de tributação existente favorece mais as áreas desmatadas do que as florestas preservadas. "Impostos altos sobre as pastagens impediriam a destruição", afirma. "O ato de segurar um terreno e vendê-lo a um preço muito maior que o da aquisição dá muito mais lucro atualmente do que o da produção agropecuária."

SOBREVIVÊNCIA

Para o INCRA não há outros meios, além do desmatamento, que tornem possível a sobrevivência de uma região como a amazônica. Apesar disso, o Instituto

acrescenta que na região a lei exige a manutenção de uma área de florestas equivalente a 50% do tamanho da propriedade, enquanto em outros estados esse percentual cai para 20%.

Fearnside afirma que o respeito aos 50% só existe na teoria e que o Código Florestal, apesar de exigir a manutenção de uma determinada área de floresta em cada propriedade, tem uma influência mínima sobre o comportamento dos moradores da região, no que se refere ao desmatamento. Segundo o pesquisador, que sugere ao INCRA o exame das imagens do satélite Landsat, a retirada da mata chega a atingir, em alguns casos, a totalidade das propriedades. "Além disso, para cada hectare desmatado na Amazônia é concedida pelo INCRA a titulação de outros cinco hectares", diz. O Instituto desmente essa relação.

Outra crítica de Fearnside atinge o sistema de fiscalização, que, segundo ele, é deficiente em algumas áreas de colonização, como na região do Cacoal, em Rondônia. "Com a infra-estrutura implantada pelo INCRA deveriam ser esperadas melhores condições de fiscalização e controle", afirma. O Instituto, por sua vez, ressalta que o trabalho de seus técnicos e superintendências regionais vem sendo desenvolvido em conjunto com o Ibama.